



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – CAMPUS I
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

LÉLIA NOGUEIRA DA SILVA

**ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOBRE A ORIGEM, LIMITES E
DESAFIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL**

CAMPINA GRANDE–PB

2022

LÉLIA NOGUEIRA DA SILVA

**ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOBRE A ORIGEM, LIMITES E
DESAFIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL**

Trabalho de conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Graduação em Administração da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração.

Área de concentração: Economia Solidária.

Orientador: Prof. Dr. Jucelino Pereira Luna

CAMPINA GRANDE – PB

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586e Silva, Lélia Nogueira da.
Economia solidária [manuscrito] : um estudo sobre a origem, limites e desafios da economia solidária no brasil / Lélia Nogueira da Silva. - 2022.
52 p. : il. colorido.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas , 2022.
"Orientação : Prof. Dr. Jucelino Pereira Luna , Coordenação do Curso de Administração - CCSA."

1. Economia solidária. 2. Políticas públicas. 3. Empreendimentos solidários . I. Título

21. ed. CDD 334

LÉLIA NOGUEIRA DA SILVA

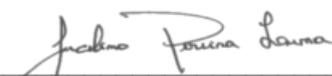
ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOBRE A ORIGEM, LIMITES E DESAFIOS
DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Trabalho de conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Curso de Graduação em
Administração da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel em Administração.

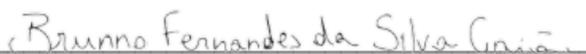
Área de concentração: Economia Solidária

Aprovada em: 29/ 07/ 2022.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Jucelino Pereira Luna (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Bruno Fernandes da Silva Gaião
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Eugênio Vital Pereira Neto
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

GRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela vida, saúde e suporte em todos os momentos durante a trajetória acadêmica e pessoal.

A minha mãe pela força e dedicação, mesmo com todas as dificuldades.

Ao meu companheiro de história, sonho e vida, Cledson Torres, que com afeto, carinho e dedicação, sempre priorizou realizar os meus sonhos.

Ao meu filho, que desde seu nascimento foi minha fonte de força de vontade.

As amigas que à universidade me deu, em especial Andressa, Elândia e Natália pelo companheirismo e afeto.

Ao apoio, incentivo e orientação do Professor Jucelino Pereira Luna, pelos momentos de aprendizado.

RESUMO

A economia solidária compreende um amplo conjunto de experiências que estimula as heranças associativas dos trabalhadores, graças a seu destaque na autogestão, à sua abordagem crítica da ordem capitalista e à impulsão que propiciam a novos atores sociais, do plano local ao global. Sendo assim o presente trabalho de conclusão de curso tem o objetivo central de entender a temática da economia solidária no Brasil, através das principais contribuições teóricas sobre a temática e as respectivas contribuições para a fomentação de políticas públicas em torno da economia solidária no momento atual. Metodologicamente, o presente trabalho se utiliza da pesquisa bibliográfica narrativa e documental de dados secundários e primários tendo como base para o referencial teórico trabalhos dos principais autores que tratam da temática da Economia Solidária, como Wellen (2012), Singer (2002) e Gaiger (2013). O texto está estruturado em quatro partes, inicialmente é apresentada uma breve introdução contextualizando o tema, posteriormente apresenta as raízes históricas da Economia solidária no Brasil, logo em seguida e apresentado as políticas públicas em torno da Institucionalização da Economia Solidária no contexto brasileiro e por último uma análise das possibilidades investigativas no sentido de apurar aspectos relevantes dos empreendimentos de economia solidária e identificar as origens e limites impostos ao seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Economia Solidária. Políticas Públicas. Empreendimentos Solidários

ABSTRACT

The solidarity economy comprises a wide range of experiences that stimulate the associative heritage of workers, thanks to its emphasis on self-management, its critical approach to the capitalist order and the impetus it provides to new social actors, from the local to the global level. Therefore, the present course conclusion work has the central objective of understanding the theme of the solidarity economy in Brazil, through the main theoretical contributions on the theme and the respective contributions to the promotion of public policies around the solidarity economy at the present time. Methodologically, the present work uses the narrative and documentary bibliographic research of secondary and primary data, based on the theoretical reference works of the main authors that deal with the theme of Solidarity Economy, such as Wellen (2012), Singer (2002) and Gaiger (2013). The text is structured in four parts, initially a brief introduction is presented contextualizing the theme, later it presents the historical roots of Solidarity Economy in Brazil, soon after and presented the public policies around the Institutionalization of Solidarity Economy in the Brazilian context and finally, an analysis of investigative possibilities in order to ascertain relevant aspects of solidarity economy enterprises and identify the origins and limits imposed on their development.

Keywords: Solidary Economy. Public Policies. Solidary Enterprises.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Representação reticular do campo da Economia Solidária no Brasil (2005)	32
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Representação do total de EES no Brasil com participação em movimentos sociais, populares ou sindicais	26
Gráfico 2 - Entidades ofertantes de apoio técnico aos 62% EES no ano anterior ao mapeamento.....	27
Gráfico 3 - Tipos de apoio, assessoria ou capacitação dados aos 62,9% EES	28
Gráfico 4 - Quantitativo de EES novos e revisitados	35
Gráfico 5 - Distribuição do total dos EES por data de fundação em %.....	36
Gráfico 6 - Quantitativo total de EES por área de atuação.....	36
Gráfico 7 - Busca de crédito ou financiamentos nos últimos 12 meses pelos EES.....	39
Gráfico 8 - Organizações mais procuradas para obtenção de crédito (%).....	40
Gráfico 9 - Quantitativo de EES com necessidade de financiamento	40
Gráfico 10 - Dificuldades encontradas pelos EES na obtenção de crédito e financiamento ...	41
Gráfico 11 - Forma de organização dos EES em sua totalidade.....	43
Gráfico 12 - Distribuição geográfica dos EES Informais.....	45
Gráfico 13 - Distribuição geográfica dos EES cooperativas	45
Gráfico 14 - Distribuição geográfica dos EES Sociedades Mercantis	46
Gráfico 15 - Distribuição Geográfica dos EES Associação Cooperativas	46

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Princípios e Matrizes da Economia Solidária	17
Quadro 2 - Bancos Comunitários na Paraíba	25

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Principais movimentos sociais de participação dos EES que disseram fazer parte de algum movimento social.....	26
Tabela 2 - Percepção quanto as conquistas e desafios dos EES	42
Tabela 3 - EES por Estado brasileiro e por forma de organização.....	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADS/ CUT	Agência de Desenvolvimento Solidário
ABICRED	Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito
ACAM	Associação Comunitária Agrícola de Muçumagro
ADURLD	Associação de Desenvolvimento Urbano e Rural de Lagoa de Dentro
ASMOCONP	Associação de Moradores do Conjunto Palmeira
ASMARE	Associação dos Catadores de Papelão e Material Reaproveitável
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão
BCB	Banco Central do Brasil
BCD	Bancos Comunitários de Desenvolvimento
BCDJB	Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico
BNB	Banco do Nordeste
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CADSOL	Cadastro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária
CEMAR	Centro de Educação Margarida Pereira da Silva
CEPFS	Centro de Educação Popular e Formação Social
COEPE	Centro de Orientação e Encaminhamento Profissional
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONAES	Conferência Nacional de Economia Solidária
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CRESOL	Cooperativa de Crédito com Interação Solidária Ltda
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
ES	Economia Solidária
ENIES	Encontro Nordestino de Incubadoras de Empreendimentos Solidários
EAF	Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento
FASE	Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FSM	Fórum Social Mundial
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FUNCEP	Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza
FRS	Fundos Rotativos Solidários

GT	Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PACS	Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MNCMR	Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável
PAIES	Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
PAC	Projetos Alternativos Comunitários
RBSES	Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária
SESAES	Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária
SCJS	Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário
SIES	Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
UNISOL	União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil
UNICOPAS	União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias
UNICAFES	União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
USP	Universidade de São Paulo
UNEB	Universidade Estadual da Bahia
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	Percurso metodológico.....	14
2	RAÍZES HISTÓRICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL.....	16
2.1	Influência do movimento sindical na construção do debate sobre a economia solidária no Brasil.....	20
2.2	Movimentos de luta pela terra e reforma agrária.....	21
2.3	Movimentos populares urbanos.....	22
2.3.1	As experiências dos Bancos Populares/ Comunitários na Paraíba.....	23
2.4	Dados do Sies sobre apoio e assessoramento de entidades.....	25
2.5	Políticas públicas para a economia solidária no Brasil.....	29
3	INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	31
3.1	As políticas públicas nacionais de economia solidária.....	32
3.1.1	Formação de gestores governamentais e Legitimação da economia solidária	33
3.1.2	Mapeamento e o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES).....	34
3.1.3	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC).....	37
3.1.4	Políticas Socioeconômicas.....	38
3.2	Desafios da institucionalização das políticas públicas de economia solidária.	41
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
	REFERÊNCIAS.....	50

1 INTRODUÇÃO

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), a taxa de desocupação no Brasil e no Nordeste no quarto trimestre de 2021 são, respectivamente, 11,16% e 14,7%, logo podemos inferir que estamos vivenciando em nosso país uma situação de desemprego, exclusão social e concentração de renda. Problemas antigos como a fome, a pobreza, a baixa escolaridade, violência e tantas outras agruras estão longe de serem solucionadas, seja pelo mercado ou pelo Estado. Nesse sentido a globalização tem papel importante no processo de concentração de renda e desemprego nas últimas décadas. O impacto da globalização se fez sentir de forma cada vez mais forte e difusa. A sua recepção inicial foi marcada pelo entusiasmo otimista, mas com o decorrer do tempo este foi sendo substituído pelo temor e pelo desencanto. O mundo globalizado tornou-se mais aberto e receptivo, mas, além das novidades consumíveis, o exterior está nos mandando quebra de empresas, corte de postos de trabalho e crises financeiras (SINGER, 1999).

Estamos vivenciando, portanto, a erosão do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX, e vendo sua substituição pelas diversas formas de “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário”, entre outras (ANTUNES, 2012). Logo inferimos que o aumento da informalidade e a precarização dos contratos de trabalho afirmaram-se como tendência em um cenário de desemprego intenso. De outro modo, o aprofundamento dessa crise abriu espaço para o surgimento e avanço de outras maneiras de organização da produção e distribuição de bens e serviços em virtude das necessidades que os agentes econômicos encontraram para a geração de subsistência emprego e renda.

Segundo Singer (2003), a economia solidária surge como um modelo de produção e distribuição alternativo ao capitalista, sendo uma criação de processos contínuo, no qual encontramos milhares de trabalhadores organizados de forma coletiva, gerindo seu próprio trabalho, lutando pela sua emancipação e sendo representada por um conjunto de iniciativas inspiradas em valores humanos que coloca o ser humano como sujeito no processo da vida e da atividade econômica, em vez da acumulação de capital. Portanto, a economia solidária é uma alternativa social que pode se tornar particularmente importante em momentos de crescimento do desemprego, no qual a grande maioria dos trabalhadores não controla nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas, e que um número maior de trabalhadores e famílias perde o acesso à remuneração e fica excluído do mercado capitalista. Logo, a economia

solidária tem emergido com uma questão central em recentes debates sobre a performance econômica de países em desenvolvimento. Empresas baseadas em autogestão e solidariedade já estão sendo vistas com vantagens competitivas perante as de caráter tradicional.

Assim, o objetivo central desse estudo é entender a temática da economia solidária no Brasil. Nesse percurso duas questões são importantes: quais as principais contribuições teóricas em torno da problemática? e quais suas respectivas contribuições para a fomentação das políticas públicas em torno da economia solidária no momento atual?

1.1 Percurso metodológico

Quanto aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa utiliza-se do método histórico com base na utilização de procedimentos técnicos de dados secundários, sendo utilizados para isto a pesquisa bibliográfica e documental.

De acordo com Lakatos e Marconi (2003) o método de procedimentos constitui em etapas mais concretas da investigação, com finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos menos abstratos. Pressupõem uma atitude concreta em relação ao fenômeno e estão limitadas a um domínio particular.

O método histórico, segundo Lakatos e Marconi (2003) consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época. Seu estudo, para uma melhor compreensão do papel que atualmente desempenham na sociedade, deve remontar aos períodos de sua formação e de suas modificações.

Quanto aos procedimentos técnicos, foi realizada pesquisa bibliográfica, que segundo Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas. Logo, para essa pesquisa bibliográfica narrativa foi utilizado na estrutura do referencial teórico trabalhos dos principais autores que tratam da temática da economia solidária, como Wellen (2012), Singer (2002) e Gaiger (2013). No percurso de pesquisa foi dado ênfase a livros, revistas, e

monografias relacionados ao tema, com trabalhos publicados dos anos de 1999 até 2022. Para a seleção dos conteúdos a pesquisa se fez em torno de trabalhos que se relacionasse com a história da economia solidária e a políticas públicas para a sua institucionalização com seleção e interpretação dos pontos mais relevantes.

Também foi realizada a pesquisa documental, que segundo Zambello (2018, p.69) envolvem o manuseio de determinados documentos que possuem como primordial característica, ao se considerar a fonte do trabalho científico, a utilização de artefatos/materiais/subsídios históricos, institucionais, associativos, públicos, privados, oficiais ou extraoficiais; são exemplos destes: regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários, leis, manuscritos, projetos de leis, relatórios técnicos, minutas, autobiografias, jornais, revistas, registros audiovisuais diversos, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão, estatísticas, arquivos escolares, etc. Para a consulta documental foi utilizado documentos institucionais onde foram encontrados dados oficiais e primários como exemplo os do Sistema de Informação de Economia Solidária. Como também se fez de dados estatísticos secundário institucionais como os relatórios técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e revistas como a Scielo e Mercado de Trabalho que trataram do tema abordado em suas pesquisas.

Logo, será feito inicialmente uma apresentação conceitual do significado de economia solidária, incluindo os princípios pelos quais as ações são norteadas, o histórico da origem da economia solidária no Brasil e as formas de organização desses empreendimentos na economia capitalista.

2 RAÍZES HISTÓRICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Para Wellen (2012) o debate acerca da economia solidária na maioria da literatura faz referência de que tal projeto é herdeiro e continuador das experiências advindas do chamado socialistas utópicos. Ou seja, se estabelece uma relação linear entre socialismo Utópico e economia solidária, de acordo com o autor a relação de continuidade entre socialismo utópico e economia solidária ocorre através da concepção de Robert Owen e de seu empreendimento *Rochdale*. Sendo assim, a matriz do debate sobre o tema da economia solidária tem seu nascedouro a partir dessa concepção descrita acima.

Para uma parcela significativa dos defensores da economia solidária, os empreendimentos solidários seria uma forma de organização da produção distinta da Economia de mercado capitalista, tendo em vista a incorporação da solidariedade das relações econômicas mesmo que se apropriando de elementos do modo de produção capitalista, não se caracteriza como uma relação econômica capitalista. Na concepção de Singer (2003), uma continuidade do modo de produção vigente. O mesmo autor infere que o capitalismo representaria:

[...] um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios divide a sociedade em duas classes básicas: a classe proprietária ou possuidora do capital e a classe que (por não dispor de capital) ganha a vida mediante a venda de sua força de trabalho à outra classe. O resultado natural é a competição e a desigualdade (SINGER, 2002, p.10).

O cooperativismo de consumo, que desempenhou importante papel na difusão do cooperativismo pela Europa a partir de meados do século XIX, teve um começo claro: a famosa cooperativa dos Pioneiros Equitativos de *Rochdale*, considerada a mãe de todas as cooperativas. Ela surgiu em *Rochdale*, um importante centro têxtil no norte da Inglaterra, em 1844. Fundada por 28 operários qualificados de diversos ofícios, metade deles *owenista*, entre os seus objetivos estava a criação de uma colônia autossuficiente e o apoio a outras sociedades com este propósito (SINGER, 2002).

O cooperativismo, um dos pilares dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), foi originalmente introduzido no Brasil por imigrantes europeus, no final do século XIX, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, como estratégia para superar as situações de flagrante desamparo em que viviam. Nestes primórdios, surgiram as cooperativas de consumo, as primeiras registradas oficialmente, bem como as de crédito e as agropecuárias, especialmente nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro. As cooperativas de consumo expandiram-se nas décadas de 1950 e 1960. Na época, apenas 45% da população concentrava-

se nas regiões urbanas, nas quais se projetaram as cooperativas de crédito e serviços, apresentando-se inicialmente mais dinâmicas que as do setor agropecuário. (GAIGER, 2013).

Em decorrência das diversas experiências de Economia solidária pode-se identificar o compartilhamento de alguns princípios como da autogestão, cooperação e solidariedade. Esses princípios não são recentes, e nos projetam a matrizes teórico-políticas que se desenvolveram na história de resistência dos trabalhadores frente à superexploração do trabalho, à intensa concentração de riqueza e à privação da vida política no capitalismo. Entre as matrizes da Economia Solidária, há três delas que são de grande destaque, especialmente pelo professor Paul Singer: a socialista, a anarquista e a humanista-religiosa (BENINI et al., 2012).

Quadro 1 - Princípios e Matrizes da Economia Solidária

PRINCÍPIOS/ MATRIZES	CONCEITUAÇÃO
Utopia, socialismo e cooperação	Da matriz socialista, podemos identificar a presença de características, discursos e práticas que nos remetem às primeiras formulações utópicas, no início do XIX, no contexto da revolução industrial, com socialistas como Robert Owen. Mas também importantes referências no chamado socialismo científico, com Marx e Engels, e em teóricos marxistas atuais, especialmente suas concepções sobre a propriedade e o controle coletivo dos meios de produção pelos trabalhadores.
Autogestão, liberdade e anarquismo	Principalmente pela centralidade dada ao princípio da autogestão, encontramos influências do pensamento anarquista, que traz muitas vezes movimentos de questionamento e contraposição ao Estado, e a proposta de sua substituição por formas de cooperação entre indivíduos e grupos produtivos livres, como tratava Proudhon, com relação ao mutualismo e ao federalismo.
Humanismo-religioso, solidariedade e cotidiano popular	Traz elementos e discursos marcados pelo princípio da solidariedade e pela ênfase na formação prática pela aproximação do cotidiano popular. Essa matriz é também marcante na Economia Solidária do Brasil, especialmente pela história da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Bases – CEBs.

Fonte: BENINI et al., 2012

Para Wellen (2012) no lugar das organizações de economia solidária, seria o Estado e os mecanismos estatais os principais responsáveis pra erguer uma sociedade onde prevalecesse a solidariedade e a igualdade. Nesse sentido, um dos questionamentos levantados diante do tema seria, qual o papel das organizações de economia solidária para a instauração dessa sociedade igualitária que rompa com a competição entre as pessoas? Se os elementos básicos do capitalismo, como o capital, mercado e Estado, permanecem existindo, o que distinguiria estruturalmente o novo modo de produção aventado pela economia solidária do atualmente vigente? Tais questões se colocam como um desafio a ser respondido no seio do debate sobre a economia solidária.

Para ressaltar o que passam as pequenas produções no mercado capitalista, Wellen cita Lenin¹:

Porque em qualquer país capitalista existem sempre, ao lado do proletariado, extensas camadas de pequena burguesia, de pequenos proprietários. O capitalismo nasceu e continua a nascer, constantemente, da pequena produção. O capitalismo cria de novo, infalivelmente, toda uma série de “camadas médias” (apêndices das fabricas, trabalho a domicilio, pequenas oficinas disseminadas por todo o país em virtude das exigências da grande, por exemplo, da indústria de bicicletas e automóveis, etc.) Estes novos pequenos produtores veem-se por sua vez lançados, também inevitavelmente, em fileiras do proletariado. É perfeitamente natural que a mentalidade pequeno-burguesa irrompa repentinamente nas fileiras dos grandes partidos operários (LENIN, 1980, p.46 apud WELLEN, 2012, p. 127).

No final da década de 1970, o cooperativismo adquiriu novo vigor com a criação de muitas cooperativas de trabalho. Este movimento generalizou-se na década de 1980, em reação ao desemprego estrutural e à insolvência de empresas, provocados pelas mudanças tecnológicas e organizacionais, mas também englobou outras formas de produção, a exemplo das fábricas recuperadas ou de autogestão operária (LIMA², 2006, apud GAIGER, 2013).

A economia solidária ressurgiu no Brasil na década de 1980 como uma resposta dos trabalhadores e trabalhadoras e comunidades pobres mobilizadas socialmente frente a crise social provocada pela estagnação econômica a qual foram submetidas as populações periféricas no contexto das contradições da acumulação capitalista. No entanto, a Economia Solidária ganha visibilidade na década seguinte quando se incorpora de forma mais visível as potencialidades transformadoras expressas nas lutas populares. Assim, de uma resposta dos/as

¹ LENIN, V. I. **Sobre a cooperação**, in: Lenin, V. I. Obras escolhidas em três tomos. Vol. III. São Paulo: Alfa-Omega, 1980

² LIMA, J. “**Cooperativas falsas ou cooperagos**”, in A. D. Cattani e L. Holzmann (orgs.), Dicionário de trabalho e tecnologia, Porto Alegre, Editora da UFRGS, pp. 71-77, 2006

trabalhadores/as e comunidades empobrecidas a crise passa a ser reconhecida em seu caráter emancipatório (BENINI et al., 2011).

Para Batista (2022, p. 13-14) as raízes do debate sobre a economia solidária têm sua nascente na Europa, no final do século XIX, através de cooperativas ou associações ou como coletivos de produção. Por conseguinte, a economia solidária se desenvolveu no Brasil, ao longo dos anos 1990 e início da década seguinte a partir de experiências solidárias e autogestionárias existentes, referenciadas por meio das feiras, fóruns, plenárias e atividades afins, construindo dessa forma um movimento nacional.

De acordo com os últimos dados apresentados pelo Sies e pela insuficiência atual de informações estatísticas oficiais em decorrência do abandono das políticas públicas voltadas a economia solidária pelo Governo federal, para Batista (2022) esse movimento:

“Envolve mais de 1,5 milhões de trabalhadores em cerca de 20 mil empreendimentos, distribuídos em mais de 2,7 mil municípios, sendo que a maioria deles (40, 8%) encontram-se na zona rural da região Nordeste, em unidades de produção e comercialização, consumo e uso coletivo de bens e serviços. Na Paraíba, pelos últimos registros oficiais, há 416 empreendimentos com a participação de aproximadamente 14 mil trabalhadores e trabalhadoras, vinculados em algum tipo de coletivo comunitário (PARAÍBA, 2016). Mesmo impactados fortemente pela pandemia gerada pelo COVID 19, que aflige o mundo desde o começo do ano 2020, e já matou no Brasil, até meados de julho de 2021 mais de 550 mil pessoas, os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e as cooperativas demonstraram novamente, como destacam Pinho, Silva e Sena (2020), que é possível unir a economia ao conjunto da dinâmica social, gerar renda e, ao mesmo tempo, ser solidário” (BATISTA, 2022, p.13).

Tais experiências cooperativas surgiram discretamente, sem adjetivarem-se de solidárias ou constituírem um movimento organizado. No correr dos anos de 1990, seu aparecimento a cada dia, em atividades de produção, prestação de serviços, crédito e comercialização, tornou inevitável sua contraposição ao perfil empresarial e ao conservadorismo político do cooperativismo tradicional. Além disso, chamou atenção para o comportamento ardiloso dos patronais na criação de falsas cooperativas, embates constantes se havendo registrado desde então no âmbito da justiça do trabalho. Discussões também se desenrolaram no movimento sindical, recordando-se a história e os valores seminais das lutas operárias, do que decorreram iniciativas de apoio, em particular no sindicalismo cutista (GAIGER, 2013).

O termo economia solidária ganhou expressão no Brasil ao longo dos anos de 1990, à medida que iniciativas econômicas despontaram no país, notabilizando-se e sendo reconhecidas por sua natureza associativa e suas práticas de cooperação e autogestão. (GAIGER, 2013).

A economia solidária no Brasil surgiu do resultado dos movimentos sociais de trabalhadores atingidos pela crise do desemprego que iniciou em 1981 e se agravou em 1990, com a abertura do mercado interno para as importações (SINGER, 2003).

Portanto, pode-se observar que ao longo dos anos 1990 e até os dias atuais diversos movimentos e entidades forneceram apoio e assessoramento para muitas experiências nos últimos anos na luta contra o desemprego no Brasil.

Essa série de entidades que fornecem apoio e assessoria à grande parte dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil, tem atuação tanto no meio rural quanto no urbano, e são inclusive responsáveis pelo aumento dessas experiências nos últimos anos. Elas são organizadas por igrejas, organizações não governamentais (ONGs), universidades, movimentos sociais, centrais sindicais, fóruns nacionais e estaduais, entre outros. Algumas delas tiveram atuação mais decisiva em momentos específicos, ou em setores econômicos específicos, enquanto outras seguem como pontos de referência importante para a realidade atual da economia solidária no país (SILVA, 2017).

2.1 Influência do movimento sindical na construção do debate sobre a economia solidária no Brasil

Em 1994 diversas empresas autogestionárias com origem no cooperativismo e com forte envolvimento do sindicalismo urbano na economia solidária fundaram a Associação Nacional de Empresas de Autogestão (ANTEAG), a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/ CUT) e a União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (UNISOL)(BENINI et al., 2012).

A Associação Nacional de Empresas de Autogestão (ANTEAG) foi criada com o objetivo de apoiar e acompanhar as experiências de recuperação de empresas falidas realizadas pelos trabalhadores por meio da autogestão. Geralmente, as experiências de recuperação de empresas falidas são iniciativas de trabalhadores ligados ao movimento sindical que encontraram na autogestão alternativa de ocupação para os trabalhadores diante do quadro de desemprego em massa (BENINI et al., 2012).

A Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT) surge no final da década de 1990 como estratégia já incorporada pelas instâncias da Central Única dos Trabalhadores para apoiar formas alternativas de organização dos trabalhadores num contexto de crise do próprio movimento sindical diante do desemprego e da crescente informalização do mercado de

trabalho. Seu principal objetivo foi promover a constituição, fortalecimento e articulação de empreendimentos autogestionários, buscando a geração de trabalho e renda, através da organização econômica, social e política dos trabalhadores, inseridos num processo de desenvolvimento sustentável (BENINI et al., 2012).

A União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (UNISOL), também surge no interior da Central Única dos Trabalhadores. Em 2000 sua abrangência era limitada ao ABC Paulista e em 2004 passou a ter abrangência nacional. O objetivo da UNISOL é organizar, representar e articular as cooperativas, associações e outros empreendimentos autogestionários da economia solidária (BENINI et al., 2012).

2.2 Movimentos de luta pela terra e reforma agrária

Outro movimento de luta contra a exclusão social mais representativo no campo é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nos movimentos de luta pela terra e reforma agrária surgem importantes experiências de cooperação e associativismo econômico tais como a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB). Ela foi criada em 1992 para articular diversos tipos de organizações econômicas dos assentamentos de reforma agrária. Faz parte da estratégia de organização dos assentamentos por meio da cooperação dos coletivos, associações, cooperativas de produção, cooperativas de prestação de serviços (BENINI et al., 2012).

A Cooperativa de Crédito com Interação Solidária Ltda. (CRESOL) surgiu a partir de experiências de Fundos Rotativos Solidários existentes no sudeste do Estado do Paraná. O Sistema Cresol foi constituído, a partir de 1995, tendo como objetivo a promoção do desenvolvimento local com base na agricultura familiar e esse como agente do seu próprio fortalecimento (SINGER, 2003).

A União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), foi criada em 2005, é uma organização nacional que objetiva representar as organizações cooperativas de agricultores familiares e de economia solidária. Estão associadas à UNICAFES, cooperativas de crédito, de produção, de trabalho, de comercialização e de infraestrutura da agricultura familiar e economia solidária e as cooperativas que atuam diretamente com a agricultura familiar (BENINI et al., 2012).

2.3 Movimentos populares urbanos

Nos movimentos populares urbanos também surgiram muitas experiências associativas e cooperativistas, tais como os mutirões autogeridos e as cooperativas habitacionais. Na década de 1980, a autogestão surgiu como uma perspectiva para os movimentos de luta pela moradia. Para o Movimento Nacional de Luta pela Moradia e a União Nacional por Moradia Popular, principais organizações representativas do movimento por moradia no país, as experiências autogestionárias são formas de organização voltadas ao fortalecimento da cidadania, a gestão democrática e a luta por moradia de qualidade. (BENINI et al., 2012).

Nesse contexto pode ser destacado como movimentos populares urbanos o Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável (MNCR), ele surgiu no final da década de 1990. O MNCR promove a organização autogestionária dos catadores e catadoras de material reciclável sob forma de cooperativas e associações. Uma das experiências de cooperação mais conhecidas é a de Belo Horizonte a Associação dos Catadores de Papelão e Material Reaproveitável (Asmare), com mais de 15 anos de existência, que teve seu início com a atuação da Pastoral da Criança junto aos lixões. O MNCR faz parte do Fórum Lixo e Cidadania que é um amplo Fórum que congrega entidades governamentais e organizações e movimentos sociais (BENINI et al., 2012).

O Conjunto Palmeiras – Banco Palmas é um caso simbólico de promoção da economia solidária combinado à luta urbana em busca da melhora de condições de moradia. Embora seja uma experiência localizada (um bairro da periferia de Fortaleza) ela é conhecida pela criatividade da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras em construir uma “rede solidária de produção e consumo local envolvendo: microcrédito para produção, cartão de crédito voltada para o consumo solidário, moeda social, loja solidária e diversas unidades produtivas” (FRANÇA FILHO³, 2006 apud BENINI et al., 2012, p.27). O Banco Palmas, primeiro Banco Comunitário do Brasil, serve hoje de referência exitosa para as demais experiências no país. Ele foi fundado no ano de 1998 pela Associação de Moradores do Conjunto Palmeira (ASMOCONP) entre os fundadores está Joaquim Melo referência no tema em todo o país e sua Moeda Social é o PALMA (PARAÍBA, 2017).

³ FRANÇA FILHO, G. C. **Políticas Públicas de Economia Solidária no Brasil**. In: FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, Jean-Louis; MEDEIROS, A. e MAGNEN, Jean Philippe. *Ação Pública e Economia Solidária. Uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 259-268.

2.3.1 As experiências dos Bancos Populares/ Comunitários na Paraíba

No tocante a trajetória dos empreendimentos econômicos solidários paraibanos, podemos destacar alguns: associações, cooperativas e grupos informais das mais diversas modalidades a exemplo da agricultura familiar, artesanato, produtos derivados de leite bovino e caprino, como também orgânicos, apoio aos grupos quilombolas e indígenas, resíduos sólidos e aos Bancos de Desenvolvimento Econômico Solidário (SESAES, 2022).

A história dos bancos comunitários no estado da Paraíba começa com a iniciativa no bairro de São José, no ano de 2008. Ele ficava localizado no município de João Pessoa, junto ao bairro de Manaíra (região com alto poder aquisitivo), o que durante anos gerou constantes conflitos de interesses e de especulação imobiliária na busca de sua relocação. O início do Banco Beira Rio foi promissor, mas com o passar do tempo um conjunto de fatores levou à instabilidade e à suspensão das atividades. Mesmo assim, ele acabou se tornando um marco histórico e de aprendizagem para as finanças solidárias e os futuros Bancos Comunitários de desenvolvimento (BCD) no município de João Pessoa e no estado da Paraíba como um todo, como é o caso da segunda experiência, que começou em outra comunidade às margens do Rio Jaguaribe, desta vez no conjunto do Castelo Branco III, próximo ao campus I da UFPB, o Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico – BCDJB (SANTOS, D.; SANTOS, 2021).

O Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico, assim como os demais bancos comunitários é um projeto social local endógeno de apoio a economia popular de municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano e comunidades carentes, que atua com serviços financeiros solidários em rede de natureza associativa e comunitária, voltado para a geração de trabalho e renda e promovendo a economia solidária. Seu início começou a ser discutido em dezembro do ano de 2011, sua moeda social Orquídea foi lançada em 2012 durante o II Encontro Nordeste de Incubadoras de Empreendimentos Solidários (ENIES), que contou com a presença do Secretário Nacional de Economia Solidária, na época, o Professor Paul Singer. E sua inauguração aconteceu no dia 27 de abril de 2013, no qual vários representantes de instituições não governamentais do Estado da Paraíba participaram, além de representantes do poder público municipal e estadual, universidades e moradores da Comunidade São Rafael (PARAÍBA, 2017).

A partir da experiência do BCDJB, a forma de se discutir esta ferramenta na Paraíba ganha outro patamar. Atualmente, o BCDJB se desponta como uma referência na gestão das finanças solidárias para as demais experiências no estado. Por ser inserido em um pequeno

território geográfico, pôde experimentar e criar com mais liberdade, sem grandes perdas financeiras (SANTOS, D.; SANTOS, 2021).

A terceira experiência de Bancos Comunitários de Desenvolvimento em João Pessoa começou no bairro de Muçumagro, no extremo sul da cidade. Através da parceria com o projeto Bem da Gente e a Associação Comunitária Agrícola de Muçumagro (ACAM), as discussões avançaram e, com a articulação da INCUBES/UFPB e do BCDJB, o bairro de Muçumagro passou a ser contemplado com as ações do Projeto PAIES (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável), construindo de forma concreta a proposta de um Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD) no território (SANTOS, D.; SANTOS, 2021).

Tais experiências na capital do estado foram importantes para a criação dos demais BCDs da Paraíba, avançando para os municípios do interior. A experiência na Cidade de Lagoa de Dentro, na região do brejo paraibano, surgiu a partir dos diálogos com a Associação de Desenvolvimento Urbano e Rural de Lagoa de Dentro (ADURLD), entidade gestora da rádio comunitária Lagoa FM. Após as primeiras discussões com a entidade gestora e outras lideranças locais e com todos entendendo e querendo a implantação do BCD na cidade, deu-se início à sequência metodológica para construção do banco, onde, em 2016, surgiu o Banco Comunitário de Desenvolvimento Lagoa e a moeda social Margarida (SANTOS, D.; SANTOS, 2021).

A quinta experiência de BCD ocorre na cidade de Pombal, sendo a primeira no sertão do estado. Teve como nome Banco Maringá, em referência à lenda da cabocla retirante, e a moeda social Margarida, em homenagem póstuma a uma das mais atuantes lideranças da cidade na área de educação e da busca do direito das crianças. A iniciativa surgiu a partir dos diálogos com a organização local Centro de Educação Margarida Pereira da Silva (CEMAR), organização com mais de trinta anos de atuação na cidade, nas áreas de educação e garantia dos direitos sociais. Com a contrapartida do CEMAR, foi possível articular os parceiros locais para uma implantação mais ágil e capilarizada. Prefeitura local e organizações como igrejas e outras entidades passam a compor o conselho gestor e conseqüentemente disseminar ainda mais a ideia do BCD na cidade, garantindo mais credibilidade e recursos para a criação do banco (SANTOS, D.; SANTOS, 2021).

A sexta experiência se consolidou na cidade de Remígio, também na região do brejo paraibano, e é a primeira experiência na Paraíba onde a discussão de implantação partiu do poder público local. A prefeitura, a partir das discussões, se preparou legalmente – assim como já acontece em outros municípios do Brasil – para garantir o suporte ao BCD local, através de lei municipal própria (SANTOS, D.; SANTOS, 2021).

As quatro experiências – Muçumagro (Banco Muçubank), Lagoa de Dentro (Banco Lagoa), Pombal (Banco Maringá) e Remígio (Banco Cinco Lagoas) – surgiram, portanto, como fruto direto das ações do PAIES, após o processo de sensibilização junto ao poder público do movimento de economia solidária e especialmente dos participantes de grupos de finanças solidárias. Os BCDs, por sua concepção, assumiram esse papel de diálogo junto aos entes públicos, provocando, cobrando e propondo o avanço de iniciativas solidárias nos territórios (SANTOS, D.; SANTOS, 2021).

Quadro 2 - Bancos Comunitários na Paraíba

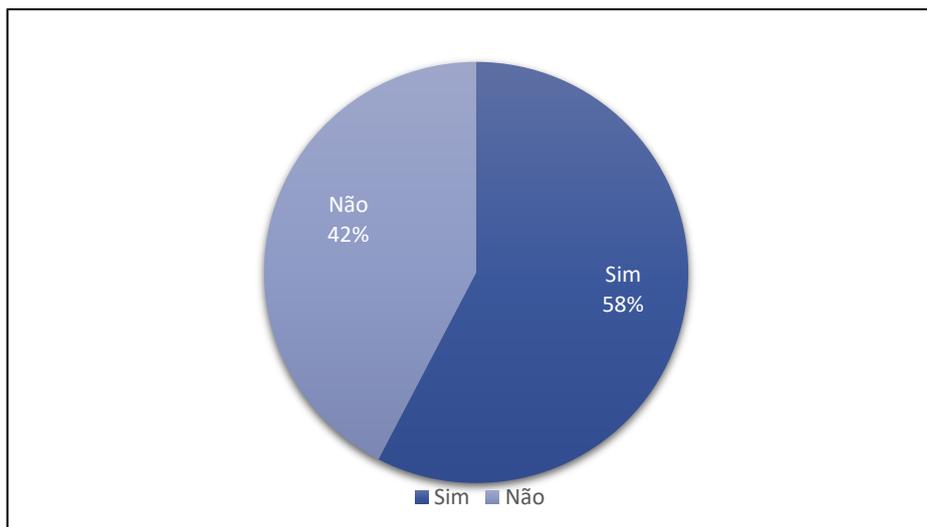
João Pessoa	Banco Beira Rio
	Banco Jardim Botânico
	Banco Muçubank
Lagoa de Dentro	Banco Lagoa
Pombal	Banco Maringá
Remígio	Banco Cinco Lagoas

Fonte: SANTOS, D.; SANTOS, 2021
Elaborado pelo autor

2.4 Dados do Sies sobre apoio e assessoramento de entidades

Segundo dados do Sies do mapeamento de 2013, os EES, que totalizaram 19.708 de modo geral, 58% participam de algum movimento social, popular ou sindical e 42% afirmam não terem participação em redes de representação política ou movimentos sociais, populares ou sindicais, em ambos os casos, a maior parte deles participa, como demonstrado no gráfico 1. Esse percentual de 58% demonstra que o envolvimento com movimentos sociais é bastante significativo.

Gráfico 1 - Representação do total de EES no Brasil com participação em movimentos sociais, populares ou sindicais



Fonte: SIES,2022b.

Elaborado pelo autor

Obs: Os dados apresentados são referentes ao mapeamento de 2013, portanto encontram-se desatualizados por falta de uma base de dados mais recente.

Tabela 1 - Principais movimentos sociais de participação dos EES que disseram fazer parte de algum movimento social.

Respostas	Total de EES	%
Movimento sindical urbano ou rural	6.550	33,2
Movimento de luta pela terra e agricultura familiar	4.042	20,5
Movimento popular ou comunitário	3.194	16,2
Movimento religioso ou pastoral	2.619	13,3
Movimento ambientalista/agroecologia	1.992	10,1
Movimento de mulheres/gênero	1.990	10,1
Movimento cultural	1.607	8,2
Movimento de luta por moradia	1.549	7,9
Movimento de jovens/juventude	1.268	6,4
Movimento de combate à fome	1.024	5,2
Movimento étnico/racial	818	4,2
Movimento dos catadores	603	3,1
Movimento de ameaçados ou atingidos por barragens	299	2,6
Outros movimentos	955	4,8

Fonte: SILVA,2017

Obs.: Porcentagem em relação ao total de EES mapeados (19.708); essa questão comportava mais de uma resposta por EES

Obs: Os dados apresentados são referentes ao mapeamento de 2013, portanto encontram-se desatualizados por falta de uma base de dados mais recente.

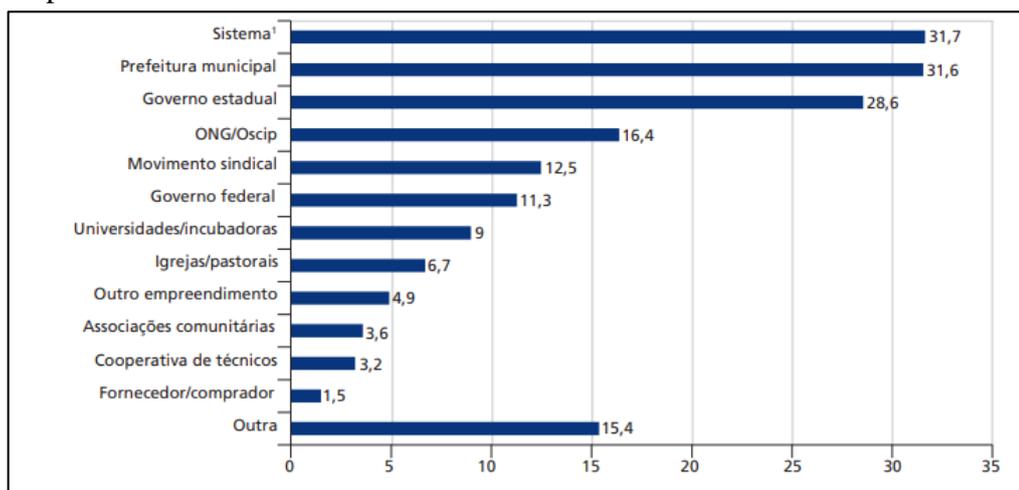
De acordo com os dados apresentados pode ser observado que os movimentos sindicais urbanos ou rural, os movimentos de luta pela terra e agricultura familiar, os movimentos populares ou comunitários e os movimentos religiosos e pastoral são as entidades

com maior representação no meio dos EES. Esses resultados demonstram a dimensão da temática da economia solidária nas mais diversas lutas e formas de organização da sociedade brasileira. Suas experiências declaram-se como uma evidente expressão de uma economia com diversas expressões da vida cotidiana. Nessa mesma visão, Benini (2011, p.7) afirmou que a expansão da Economia Solidária encontrou significativo apoio nos movimentos sociais, urbanos e rurais, que incluíram nas suas estratégias o desenvolvimento de iniciativas de produção dos meios de vida ancoradas no trabalho associado e na autogestão da produção.

No tocante ao assessoramento, as Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária são aquelas organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos econômicos solidários, tais como: capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e organizativa e acompanhamento (SIES,2002a).

Segundo os dados do Sies, 62,9% dos empreendimentos afirmaram ter recebido algum tipo de assessoria ou qualificação técnica no ano anterior à pesquisa, aproximadamente dois terços do total de EES mapeados, e 37,1% não tiveram acesso algum (SILVA,2017).

Gráfico 2 - Entidades ofertantes de apoio técnico aos 62% EES no ano anterior ao mapeamento.



Fonte: SILVA,2017

Nota: ¹ O Sistema S incluiu uma série de organizações de natureza paraestatal, como: Sebrae, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Social da Indústria (Sesi) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop).

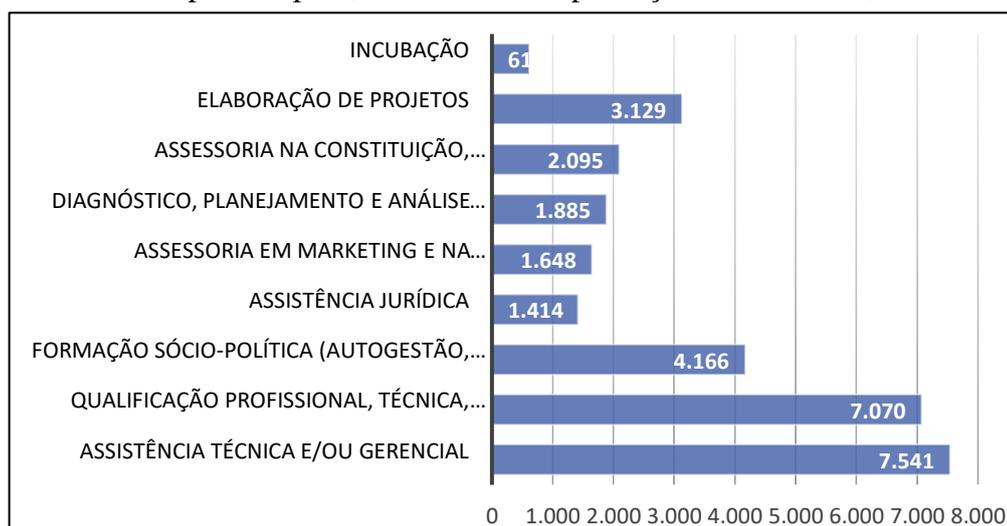
Obs: Os dados apresentados são referentes ao mapeamento de 2013, portanto encontram-se desatualizados por falta de uma base de dados mais recente.

Quanto aos ofertantes de assessoria, dentre os EES que responderam que receberam algum tipo de assessoramento, pode-se observar que os órgãos governamentais, prefeituras

municipais, governo estadual e governo federal foram responsáveis pela grande maioria dos apoios aos empreendimentos.

Um destaque entre os órgãos governamentais de apoio é a participação da Emater, empresa estadual de assistência técnica que assessora grande número de empreendimentos ligados à agricultura familiar em praticamente todo o Brasil. As organizações ligadas ao Sistema S também foram bastante lembradas entre os representantes dos empreendimentos, com destaque para o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), sobretudo junto a grupos urbanos. Além destes, destaca-se a participação do movimento social e sindical na prestação de assessoria a empreendimentos com a participação de trabalhadores de sua base. O papel de ONGs, que atuam geralmente em temáticas específicas, também foi importante na assessoria e fomento dos EES no Brasil. Destaca-se ainda o papel das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), ligadas a instituições de ensino superior brasileiras, que exercem um importante trabalho ao aliar a prática da extensão universidade ao fomento de grupos econômicos coletivos, geralmente situados no entorno das sedes universitárias (SILVA,2017).

Gráfico 3 - Tipos de apoio, assessoria ou capacitação dados aos 62,9% EES



Fonte: SIES,2022b.

Elaborado pelo autor

Obs: Os dados apresentados são referentes ao mapeamento de 2013, portanto encontram-se desatualizados por falta de uma base de dados mais recente.

Quanto ao tipo de assessoramento, apoio e capacitação, pode ser observado através do gráfico 3, que os tipos de apoio mais citados foram os de qualificação profissional, técnica e gerencial e o de assistência técnica e gerencial.

2.5 Políticas públicas para a economia solidária no Brasil

Em 2001 nasce o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) fruto do processo histórico e impulsionado pelo I Fórum Social Mundial (FSM), que contou com a participação de 16 mil pessoas vindas de 117 países, entre os dias 25 e 30 de janeiro de 2001, na cidade de Porto Alegre (RS). O FSM propiciou a constituição do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT Brasileiro), composto de redes e organizações de diversas práticas associativas do segmento popular solidário: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); Fundação Interuniversitária de Estudos e pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO); Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito (ABICRED); e alguns gestores públicos que futuramente constituíram a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária (FBES, 2022).

O GT foi muito importante nas disseminações e construção da identidade da economia solidária de forma regional, no entanto faltava uma política pública nacional de Economia Solidária e um processo de enraizamento, constituído principalmente através de empreendimentos de economia solidária e empresas de autogestão nas diversas regiões do país (FBES, 2022).

Em 2003, com a entrada do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) na presidência da república, a Economia Solidária começa a ter grande importância no governo Federal. O Congresso Nacional aprovou projeto de lei do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), criando no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Convém lembrar que o MTE, desde sua criação, tem tido por missão proteger os direitos dos assalariados. Os interesses dos trabalhadores não formalmente assalariados não figuravam com destaque na agenda do ministério. Por isso, o surgimento da SENAES representou uma ampliação significativa do âmbito de responsabilidades do MTE, que passa a incluir o cooperativismo e associativismo urbano. Dessa forma, o Estado brasileiro reconheceu um processo de transformação social em curso, provocado pela ampla crise do trabalho que vem assolando o país desde os anos 1980. (BENINI et al., 2011)

A SENAES possibilitou o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o fomento aos empreendimentos econômicos solidários e a sua incorporação na agenda pública enquanto alternativa para geração de trabalho e renda e estratégia de desenvolvimento, por meio de Mapeamento da Economia Solidária no Brasil no ano de 2004 (BENINI et al., 2011).

O Mapeamento resultou no Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), que é um banco de dados e informações qualitativas dos empreendimentos de economia solidária de todo o Brasil e tem como uma de suas finalidades ver o perfil da Economia Solidária e analisar seus limites, desafios e capacidades a partir de uma visão social pela via da geração de trabalho e melhoria de renda; constituição de redes de comércio e consumo justos; potencial organizativo na formulação de políticas alternativas de desenvolvimento com relações de trabalho mais igualitárias. Nele estão informações de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF) (SIES, 2022).

Desde sua criação o Sies tem como principais objetivos identificar e caracterizar a economia solidária no Brasil; fortalecer a organização e integrar redes de produção, comercialização e consumo; subsidiar a formulação de políticas públicas; facilitar a realização de estudos e pesquisas; promover o comércio justo e o consumo ético; dar visibilidade à economia solidária para obter reconhecimento e apoio público (SIES, 2022).

O SIES é um importante instrumento para planejamento de políticas públicas, a lacuna existente com relação ao conhecimento da realidade da Economia Solidária no Brasil foi preenchida a partir de sua concepção e assim permitiu a ampliação do reconhecimento e dimensionamento de uma realidade social e econômica até então não captada pelas pesquisas oficiais no Brasil. (SIES, 2022).

Em 2013, a SENAES completou dez anos de funcionamento; contudo, devido à mudança no cenário político e econômico do País, os recursos destinados ao desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao plano territorial de desenvolvimento rural sustentável e à economia solidária foram sendo reduzidos. Em novembro de 2016, por estratégia do governo federal visando à redução de gastos públicos, a SENAES foi extinta, sendo criada uma subsecretaria de economia solidária dentro da secretaria de relações do trabalho (CASAGRANDE, A.; BEGNINI, 2018). Logo, podemos observar que após o golpe de 2016 com o impeachment da então presidente da República Dilma Rousseff as políticas públicas voltadas para a economia solidária no Brasil se deparam com o abandono por parte do governo Federal e assim os Empreendimentos Solidários começam a vivenciar momentos de incertezas e insegurança e conseqüentemente sua potencialidade de crescimento.

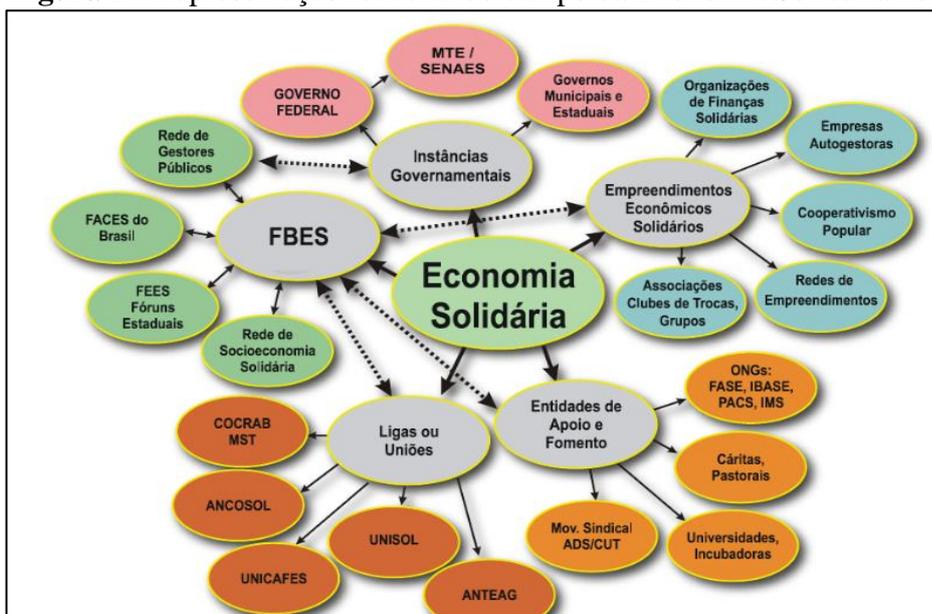
3 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONTEXTO BRASILEIRO

Segundo Singer (2003) as experiências inspiradas na economia solidária surgem por iniciativas muito diversas e de uma grande variedade de atores sociais, muitas vezes em parcerias entre sindicatos, organizações não governamentais, prefeituras e até mesmo empresas privadas. Sua expansão depende de políticas que visem o apoio direto, via formação, crédito, assessoria, entre outras. É necessário superar condicionantes econômicos por meio de políticas macroeconômicas.

Nos últimos anos houve significativo aumento no número das iniciativas socioeconômicas coletivas que visam promover a cooperação ativa entre trabalhadores ou produtores autônomos e familiares, nas áreas urbanas e rurais, para viabilizar atividades de produção, de prestação de serviços, de crédito, de comercialização e de consumo. Essas iniciativas, referenciadas no chamado campo da economia solidária, são fomentadas, em sua maioria, como alternativas ao desemprego, oportunidades de inclusão social e estratégias de dinamização de cadeias produtivas no âmbito de processos de desenvolvimento local ou territorial sustentável (BRASIL, 2012).

A maior parte das conquistas de espaços políticos na agenda pública ocorreu com a criação da SENAES e com o fortalecimento das organizações ligadas ao setor, com destaque para o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) que articula empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento e gestores públicos de economia solidária organizados em centenas de fóruns locais, redes e uniões de economia solidária. Também houve o fortalecimento da Rede de Gestores Governamentais de Políticas Públicas de Economia Solidária, do Movimento Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (MNCR), da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil (UNISOL), da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) e da União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) e, mais recente, da União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (UNICOPAS) que representa mais de 3 mil empreendimentos econômicos solidários (BRASIL, 2012). Na figura 1, pode ser observado de forma mais simplista essas entidades que fazem parte da economia solidária.

Figura 1 - Representação reticular do campo da Economia Solidária no Brasil



Fonte: SIES, 2022a

A SENAES já nasceu decidida a desenvolver suas políticas em estreita colaboração com o movimento da sociedade civil, majoritariamente organizada pelo FBES. E é o que vem acontecendo desde então. Pode-se dizer que a maioria das políticas da SENAES se destina a apoiar e ampliar ações que já haviam sido tentadas ou ao menos esboçadas anteriormente por movimentos sociais ou Organizações Não Governamentais (ONGs) ligadas à economia solidária (SINGER, 2009). Entre 2005 e 2007, a SENAES passou a estruturar melhor suas linhas de atuação que dariam maior identidade à política pública e tornaria mais fácil a compreensão em torno dos seus objetivos (BRASIL, 2012). Nesse sentido, podem ser destacados algumas políticas adotadas no contexto da economia solidária no Brasil.

3.1 As políticas públicas nacionais de economia solidária

Políticas Públicas são denominadas como um conjunto de decisões públicas, direcionado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar a realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório. A finalidade última de tal dinâmica é consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder, felicidade das pessoas, constituindo assim elemento orientador geral das inúmeras

ações que compõem determinada política. Com uma perspectiva mais operacional, poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos (ENAP,2006).

Em toda política pública, as instituições desempenham um papel decisivo a importância das instituições estatais tanto como organizações, pelas quais os agentes públicos (eleitos ou administrativos) perseguem finalidades que não são exclusivamente respostas a necessidades sociais, como também configurações e ações que estruturam, modelam e influenciam os processos econômicos, como as classes e os grupos de interesse. (ENAP,2006)

A institucionalização de políticas públicas de Economia solidária (ES) é uma das estratégias principais para consolidar o tema na agenda política das três esferas de governo, visando a sua permanência como política de Estado (BRASIL,2012).

3.1.1 Formação de gestores governamentais e Legitimação da economia solidária

Uma política de grande valia para institucionalização da economia solidária no governo federal foi a de formação em economia solidária. A SENAES começou a oferecer cursos de economia solidária a servidores do governo federal, não apenas em Brasília, mas também nos órgãos situados nos estados da federação. Foram dados cursos a funcionários de praticamente todos os ministérios fim, com destaque para os do próprio MTE, inclusive os lotados nas Delegacias Regionais do Trabalho nos estados (Superintendências Regionais), dos Centros de Assistência Psicossocial do Ministério da Saúde (MS), dos Educadores Populares em atividade no Fome Zero e no Luz para Todos (SINGER, 2009).

Cursos de economia solidária também foram dados a servidores de governos municipais e estaduais, que contribuem não só para que as políticas de fomento da economia solidária nestes níveis de governo ganhem em qualidade, mas que em outros estados e municípios surjam anseios de que também neles os governos institucionalizem políticas de economia solidária. Logo permitiu à SENAES fazer parcerias com um número crescente de governos municipais e estaduais para a implantação de centros públicos de economia solidária para a formação social e profissional de trabalhadores de empreendimentos solidários (SINGER, 2009).

A ação educativa de gestores de políticas públicas de economia solidária se insere numa perspectiva mais ampla de construção de uma política nacional de educação em economia

solidária, cuja centralidade é promover a emancipação e transformação social por meio da organização da produção, comercialização, consumo e das finanças de forma autogestionária, cooperativa e solidária. Nesse sentido, a experiência formativa de gestores desenvolvida no Brasil nos últimos anos contribuiu de forma decisiva. Além do fortalecimento da Rede de Gestores, os processos educativos foram determinantes na construção de crescentes consensos sobre o caráter, os princípios, os sujeitos, os instrumentos, os espaços de participação e controle social, a interação intersetorial e transversal da política pública de economia solidária (ECOSOL, 2015).

3.1.2 Mapeamento e o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES)

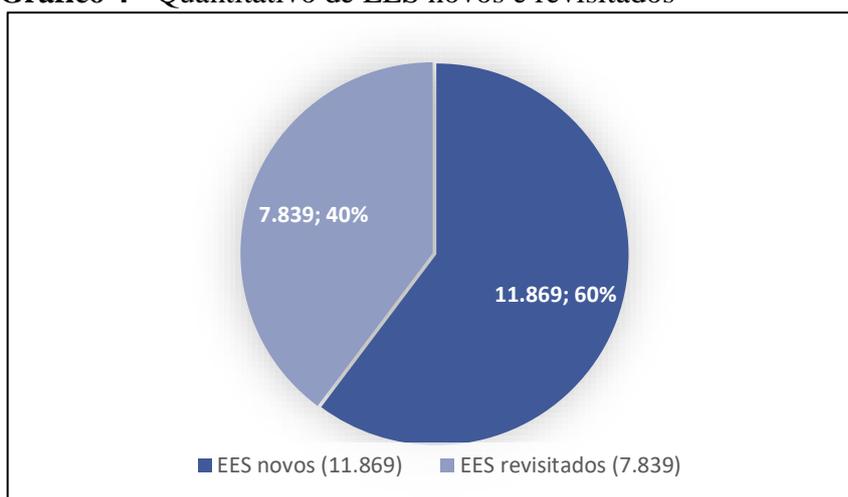
Em 2009, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), iniciou a realização da segunda rodada de informações gerais a serem coletadas junto aos empreendimentos de economia solidária em todos os estados do Brasil, também chamada de Mapeamento de Economia Solidária. O mapeamento partiu da necessidade identificada por gestores, pesquisadores, técnicos e trabalhadores ligados a organizações envolvidas direta e indiretamente com o tema de iniciar o trabalho de montagem de um Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies). Tal sistema teria a finalidade de disponibilizar um arsenal bastante significativo e atualizado sobre as dimensões que caracterizam esses empreendimentos, inclusive para fins de desenhos de programas e políticas públicas de apoio nos diversos entes federativos do país que já contam com estruturas de fomento à economia solidária, ou que venham futuramente a contar (SILVA,2017).

O Sies veio preencher uma lacuna sobre o entendimento da realidade da Economia Solidária no Brasil. Um dos resultados do Projeto SIES foi a construção consensual das definições do que se entende por economia solidária, empreendimento de economia solidária (EES), redes e complexos de empreendimentos, órgãos de fomento da economia solidária e entre outras (SINGER, 2009).

O I mapeamento foi realizado em 2005, e em 2007 a base de dados foi ampliada com um mapeamento complementar. O II Mapeamento de Economia Solidária no Brasil ocorreu entre 2010 e início de 2013, gerando uma nova base de dados para compor o Sies. Uma inovação na realização do II Mapeamento foi a proposta de visitar os empreendimentos registrados no mapeamento anterior, tanto para ter um ponto de partida para a pesquisa de campo como para detectar sua evolução após esse tempo. Porém, grande parte desses EES não foi encontrada para

a revisita, alguns por motivos de mudança de endereço e outros por não mais existirem, o que dificulta uma análise comparativa desses grupos. Ao todo, foram identificados 19.708 empreendimentos, com 1.423.631 pessoas associadas, distribuídos entre 2.713 municípios brasileiros, em todos os estados da Federação. Desse total, 11.869 (60,2%) são novos EES, ou seja, não haviam sido registrados no mapeamento anterior, e 7.839 (39,8%) são de EES revisitados (SILVA,2017). O gráfico a seguir ilustra as proporções dos EES novos e revisitados, como também por área de atuação.

Gráfico 4 - Quantitativo de EES novos e revisitados

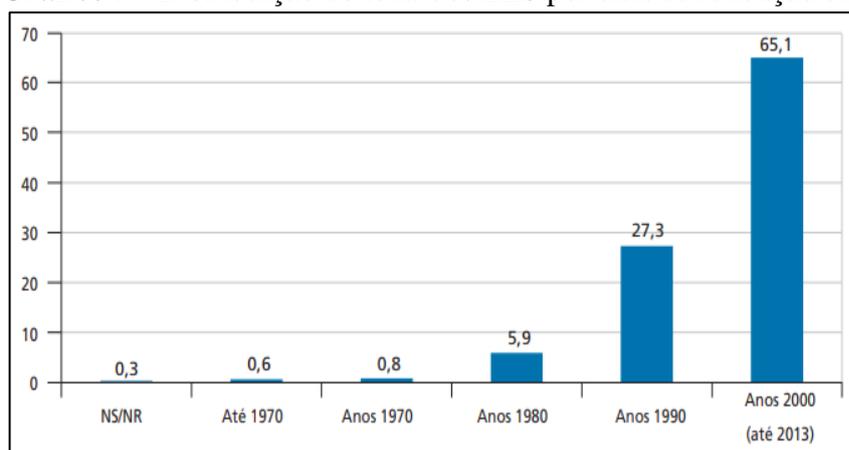


Fonte: SILVA,2017.

Obs: Os dados apresentados são referentes ao mapeamento de 2013, portanto encontram-se desatualizados por falta de uma base de dados mais recente.

De acordo com os dados apresentados podemos observar que os empreendimentos econômicos solidários novos representaram um aumento de mais de 50% em relação os empreendimentos revisitados.

A maioria dos EES mapeados são relativamente recentes, pois cerca de dois terços desse total foram constituídos a partir do início da década de 2000. No entanto, alguns casos são dignos de destaque. O empreendimento registrado como o mais antigo é do fim do século XIX, ano de 1885, e refere-se a um grupo de artesanato de mulheres em uma comunidade quilombola no Nordeste. Além deste, outros dez EES relataram ter suas atividades iniciadas antes de 1930. Em termos de área de atuação, os EES rurais passam a predominar a partir dos anos 1990, embora nos últimos anos precedentes ao mapeamento, tenha havido um aumento na taxa de EES urbanos (SILVA,2017). O gráfico 5 ilustra o surgimento histórico dos EES registrados pelo mapeamento.

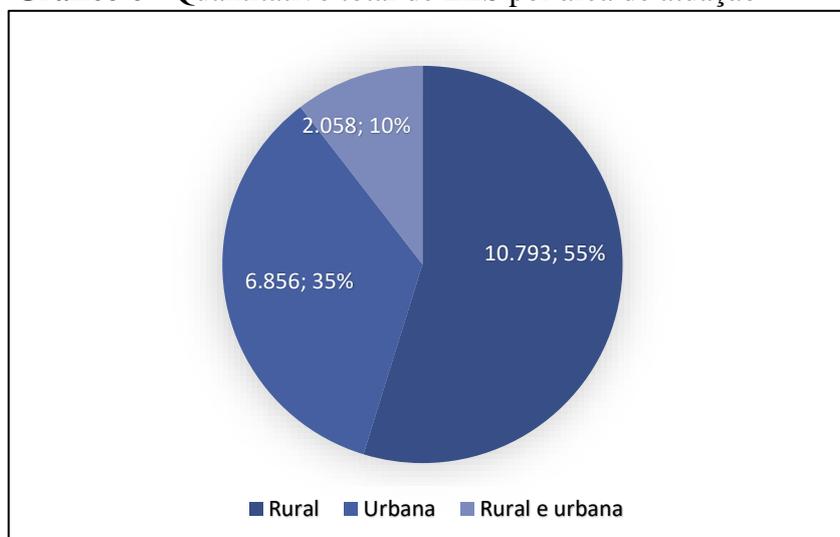
Gráfico 5 - Distribuição do total dos EES por data de fundação em %

Fonte: SILVA,2017

Obs: Os dados apresentados são referentes ao mapeamento de 2013, portanto encontram-se desatualizados por falta de uma base de dados mais recente.

No tocante da área de atuação nos municípios, mais da metade atua em áreas rurais, 55%, contra 35% de EES que atuam em áreas urbanas, e 10% que se identificaram com atuação simultânea tanto em rurais quanto urbanos

Esses números também são bem próximos aos obtidos no primeiro mapeamento, que já havia detectado essa predominância de empreendimentos coletivos no meio rural, muito em função das organizações da agricultura familiar que buscam diferentes estratégias associativas de beneficiamento e comercialização de sua produção (SILVA,2017).

Gráfico 6 - Quantitativo total de EES por área de atuação

Fonte: SIES, 2022b.

Elaborado pelo autor

Obs: Os dados apresentados são referentes ao mapeamento de 2013, portanto encontram-se desatualizados por falta de uma base de dados mais recente

Embora a ideia do mapeamento dos EES no Brasil corresponda, a um levantamento amplo de informações, ele não surgiu apenas com a pretensão de ser um censo sobre os empreendimentos de economia solidária no país, tampouco uma pesquisa amostral. Ele não foi realizado também para ser utilizado necessariamente como um cadastro oficial para fins de política pública. O Sies foi projetado para ser uma base permanente de informações sobre as múltiplas dimensões do cotidiano desses empreendimentos, para que fosse acessado por atores com diferentes interesses (políticos, acadêmicos, profissionais etc.) (SILVA,2017).

3.1.3 Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC)

Uma política importante para a economia solidária foi o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC). Esta política foi originada em 1998, a partir da experiência da primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), criada na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em meados dos anos 1990 (SINGER, 2009). O PRONINC tem como objetivo apoiar e fomentar as incubadoras universitárias e de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que desenvolvem processos de incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários, oferecendo-lhes apoio, assessoria, qualificação e assistência técnica (BRASIL, 2012).

A partir de 1998, os incentivos do PRONINC resultaram no fortalecimento das ações de incubadoras em outras cinco universidades do país: Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Estadual da Bahia (UNEB) e Universidade de São Paulo (USP). A articulação e a troca de experiências entre elas, e em especial, o apoio técnico da incubadora pioneira permitiu caminhar, apesar de inúmeras dificuldades (BRASIL, 2012).

O PRONIN, formado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Banco do Brasil, Fundação Banco do Brasil e Centro de Orientação e Encaminhamento Profissional (COEPE), ofereceu ajuda financeira para que mais cinco universidades criassem ITCPs. Como mais universidades estavam interessadas, outras ITCPs surgiram em seguida, mas, no entanto, o PRONINC não as apoiou por falta de fundos. Dessa maneira, o PRONINC praticamente encerrou suas atividades, limitadas às cinco ITCPs originais (SINGER, 2009).

Com a criação da SENAES, o PRONINC foi retomado em 2003, criando novas condições mais propícias para o apoio às incubadoras e incentivo à criação de novas incubadoras de ES. Desde então o PRONINC conseguiu ampliar consideravelmente a

quantidade de universidades participantes (BRASIL,2012). Em 2003, quando o PRONINC ressurgiu já havia mais de 20 incubadoras e o programa se dispôs a apoiar todas que apresentassem projetos aceitáveis. Com a ampliação do PRONINC aumentou também o número de universidades dispostas a criar, cada uma, sua ITCP.

No ano de 2009 o número de incubadoras ultrapassava 80 e elas se mostraram importantes para fortalecer as atividades de cultura e extensão das universidades, a tal ponto que o Fórum de Pró-Reitores de Cultura e Extensão também passou a integrar o Comitê Gestor do PRONINC. O êxito das ITCPs permite integrar a economia solidária não só à extensão, mas também ao ensino e à pesquisa universitária. É notável o aumento do volume e da qualidade das dissertações de mestrado e teses de doutoramento que têm por objeto a economia solidária (SINGER, 2009).

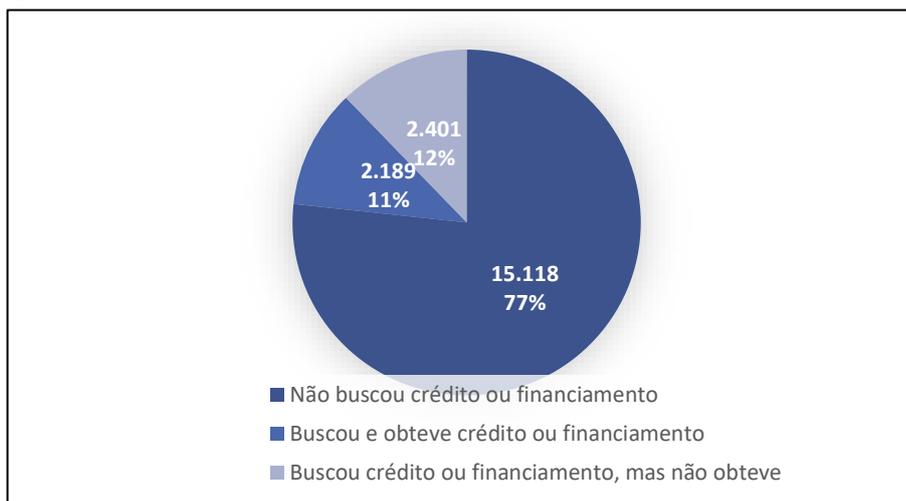
3.1.4 Políticas Socioeconômicas

Também podemos citar políticas como as de apoio as atividades comerciais dos EES, incentivando através de recursos, locais, regionais, nacionais e internacionais de economia solidária, com atuação conjunta com entidades da sociedade civil na luta por um Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SCJS) e apoio às finanças solidárias, em particular, às que atendem produtores de baixa renda com fornecimento de microcrédito, dando prioridade a difusão de bancos comunitários, que combinam a emissão de moeda social com o microcrédito, tendo em vista o desenvolvimento local (SINGER, 2009).

A SENAES apoia, mediante acordo com o Banco do Nordeste (BNB), fundos rotativos solidários que recolhem poupanças e oferecem créditos a microempreendedores de comunidades, que soem ser das mais pobres do semiárido e de outras áreas do Nordeste. No apoio ao microcrédito em geral, a SENAES atua em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito, Crédito Popular Solidário e Entidades Similares (ABCRED) para a ampliação da oferta de microcrédito com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e de uma parte dos depósitos à vista nos bancos comerciais. Nesse sentido, a SENAES tem sido parceira do Banco Central do Brasil (BCB) para facilitar e agilizar a formação de cooperativas de crédito e regularizar o crescente uso de moedas sociais por parte de comunidades carentes (SINGER, 2009).

Entretanto, de acordo com dados dos Sies, apesar de todos os apoios descritos, há um baixo número de EES que buscaram crédito ou financiamento nos últimos 12 meses anteriores ao mapeamento. Dos 33% dos empreendimentos que buscaram alguma linha de crédito somente 11% obtiveram, isso significa que menos da metade do grupo que buscaram alguma linha de crédito conseguiu.

Gráfico 7 - Busca de crédito ou financiamentos nos últimos 12 meses pelos EES

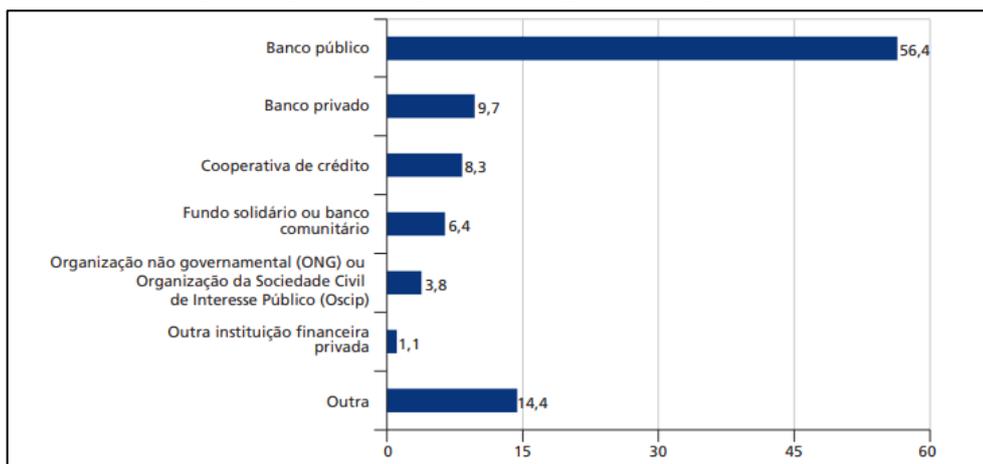


Fonte: SIES, 2022b.

Elaborado pelo autor

Obs: Os dados apresentados são referentes ao mapeamento de 2013, portanto encontram-se desatualizados por falta de uma base de dados mais recente

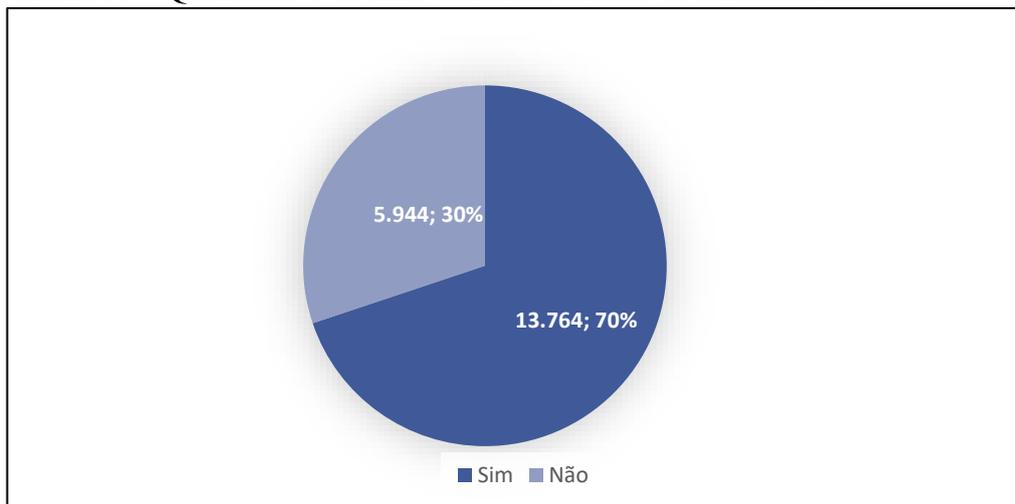
Dentre as entidades mais procuradas para a obtenção de financiamentos, os principais deles ainda são os bancos públicos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste). Juntos, eles foram responsáveis por 56,4% dos financiamentos realizados. É digno de nota o papel dos empreendimentos de finanças solidárias nessa questão (cooperativas de crédito, bancos comunitários e fundos rotativos solidários), que em conjunto representaram 14,7% do total de empréstimos. Esse resultado aponta que, embora ainda possuam um baixo percentual de intermediação financeira entre os EES, já é maior que a participação dos bancos privados (9,7%), o que demonstra o potencial de crescimento desses empreendimentos no próprio campo da economia solidária (SILVA,2017).

Gráfico 8 - Organizações mais procuradas para obtenção de crédito (%)

Fonte: SILVA,2017

Obs: Os dados apresentados são referentes ao mapeamento de 2013, portanto encontram-se desatualizados por falta de uma base de dados mais recente

Apesar de um grande número de empreendimentos afirmarem não buscar linhas de créditos no ano anterior, quando indagados da necessidade de financiamento, 70% responderam que existe a necessidade. Isso demonstra que há uma demanda que não é suprida pelo mercado e assim acaba dificultando diretamente a capacidade de investimento dos empreendimentos.

Gráfico 9 - Quantitativo de EES com necessidade de financiamento

Fonte: SIES, 2022b

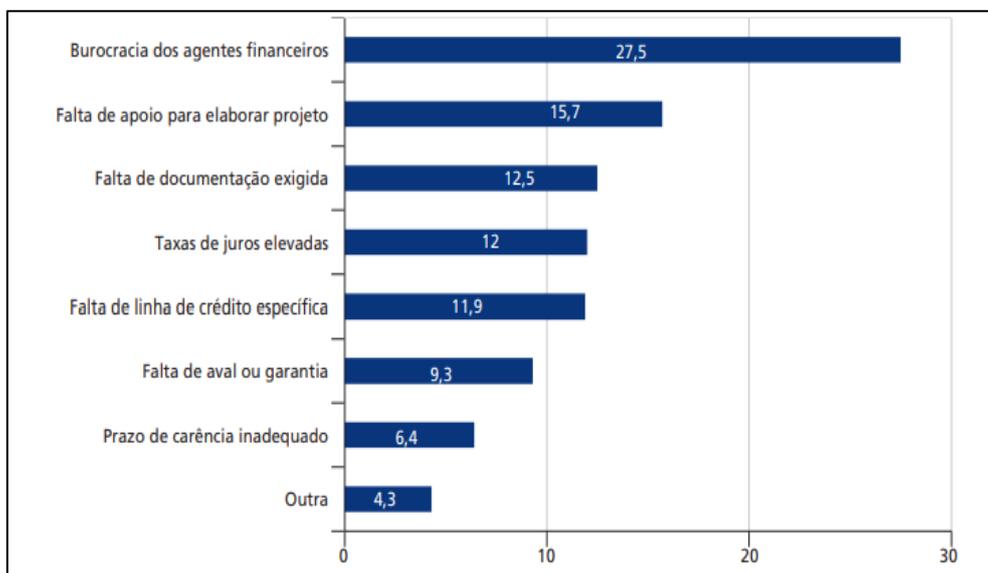
Elaborado pelo autor

Obs: Os dados apresentados são referentes ao mapeamento de 2013, portanto encontram-se desatualizados por falta de uma base de dados mais recente

O gráfico a seguir demonstra as principais dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos na busca de crédito e financiamentos. Pode-se observar que a burocracia dos agentes econômicos, a falta de apoio na elaboração de projetos e a falta de documentação

exigida são os grandes obstáculos na obtenção de recursos, representando mais de 50% das respostas obtidas.

Gráfico 10 - Dificuldades encontradas pelos EES na obtenção de crédito e financiamento



Fonte: SILVA,2017.

Obs: Os dados apresentados são referentes ao mapeamento de 2013, portanto encontram-se desatualizados por falta de uma base de dados mais recente

Em função desses bloqueios financeiros apontados mais uma vez pelo Sies, o movimento social no campo da economia solidária tem como uma de suas demandas, no debate sobre políticas públicas de apoio, o lançamento de novas linhas de crédito acessível a esses EES, que lhes possibilitem romper com essa deficiência estrutural (SILVA,2017).

3.2 Desafios da institucionalização das políticas públicas de economia solidária

Apesar dessa trajetória de conquistas de apoios e espaços políticos, a economia solidária é marcada por grandes desafios relacionados ao ambiente institucional no qual está inserida. Os empreendimentos continuam enfrentando enormes barreiras econômicas e políticas que limitam a plena expansão de suas potencialidades. Eles dependem fundamentalmente de um ambiente institucional favorável que facilite o processo de reconhecimento (formalização) e de funcionamento (desburocratização), considerando, entre outros aspectos, o adequado tratamento tributário, o tratamento diferenciado nas relações comerciais, a garantia de acesso

aos investimentos públicos e à seguridade social como direitos dos trabalhadores e trabalhadoras que optam pelo trabalho associado (BRASIL, 2016). A tabela 2 traz as principais percepções quanto as conquistas e desafios encontrados pelos EES no II mapeamento.

Tabela 2 - Percepção quanto as conquistas e desafios dos EES

Principais conquistas obtidas pelo empreendimento	Total
Integração grupo/coletivo	13.025
Geração de renda/obtenção de maiores ganhos	11.618
Autogestão e exercício da democracia	9.651
Comunidade local	7.411
Comprometimento dos sócios	7.372
Conscientização e compromisso político	3.510
Outro	2.432
Principais desafios a serem enfrentados pelo empreendimento	Total
Gerar renda adequada	14.503
Viabilizar economicamente Empreendimento	13.108
Manter união do grupo/coletivo	11.048
Efetivar a participação e autogestão	8.611
Promover articulação com outros Empreendimentos	8.457
Garantir proteção social	7.755
Conscientização ambiental dos sócios	7.294
Conscientização e politização dos sócios	6.714
Outro	3.105

Fonte: Sies, mapeamento, 2013.

Elaborado pelo autor

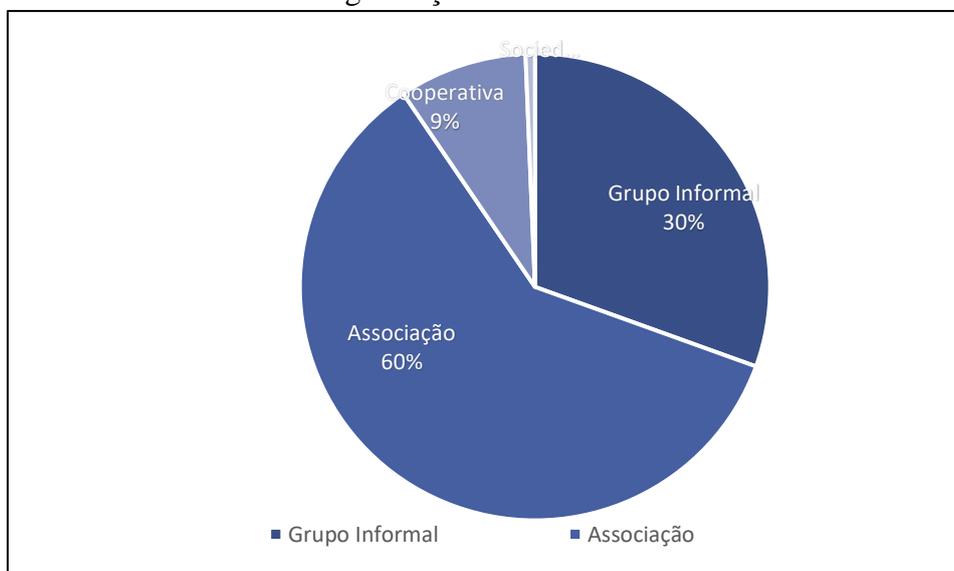
Obs: Os dados apresentados são referentes ao mapeamento de 2013, portanto encontram-se desatualizados por falta de uma base de dados mais recente

Obs.: Essa questão comportava mais de uma resposta por EES.

Questionamentos feitos aos associados dos EES no II mapeamento sobre as principais conquistas e os desafios a serem enfrentados em seus empreendimentos, podemos observar que em termos de conquistas, os principais pontos citados foram a integração do grupo por meio do trabalho coletivo foi abordada pela maioria dos associados entre os EES pesquisados. A geração de renda também teve bastante destaque. Outros pontos de destaque como a autogestão e o exercício da democracia também foram abordados. No tocante dos desafios, a questão da geração de renda adequada para suprir as necessidades das famílias envolvidas também é vista como um desafio, seguida de um ponto que também está diretamente relacionado, que é a viabilização econômica dos EES. Outros pontos de destaque como, a maior união do grupo, o efetivar a participação e a autogestão nas atividades do EES e o garantir maior proteção social aos associados, entre outros tiveram destaque entre os desafios percebidos.

Outra realidade que o mapeamento mostrou, foi a grande proporção de EES que está na informalidade. Estão nesta condição, em geral, empreendimentos de gente muito pobre, que não têm os recursos exigidos para se registrarem como firmas regulares, quase sempre na forma de cooperativas. A formalização de qualquer tipo de empresa é dispendiosa em dinheiro e exaustiva em esforço e paciência por causa das inúmeras exigências burocráticas das Juntas Comerciais, em que o registro tem de ser feito. Ela se torna ainda mais dispendiosa e exaustiva para as cooperativas, que têm de satisfazer exigências adicionais da Organização das Cooperativas do Brasil, que se arroga o direito de exigir o registro obrigatório nela de qualquer nova cooperativa formada no país. Empreendimentos informais ficam condenados a se relacionar comercialmente apenas com outros negócios também informais, o que impede o acesso a mercados que servem a públicos mais afortunados (SINGER, 2009).

Gráfico 11 - Forma de organização dos EES em sua totalidade



Fonte: SIES, 2022b.

Elaborado pelo autor

Obs: Os dados apresentados são referentes ao mapeamento de 2013, portanto encontram-se desatualizados por falta de uma base de dados mais recente

São quatro os formatos identificados de EES: associações, cooperativas, grupos informais e sociedades mercantis. As associações cooperativas são predominantes, com 60% do total. Outros 30% são grupos informais, e apenas 9% são formalizados enquanto organização cooperativa, além de um percentual residual de sociedade mercantil com menos de 1%.

A tabela e os gráficos a seguir ilustram essas formas de organização dos EES por estado brasileiro.

Tabela 3 - EES por Estado brasileiro e por forma de organização

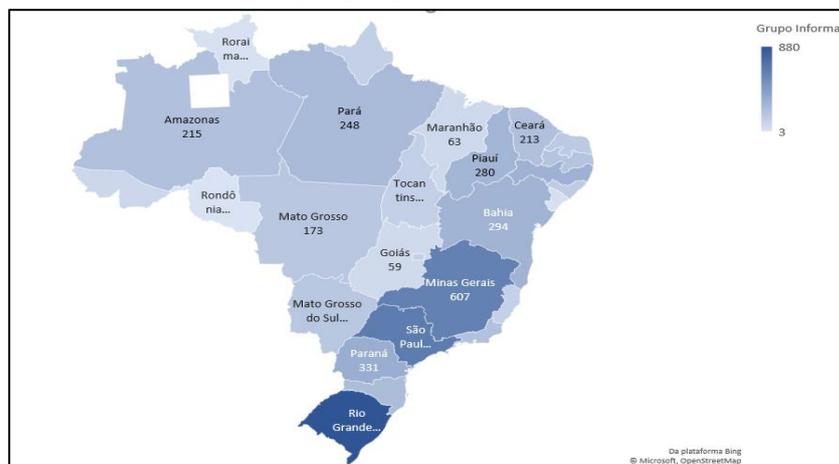
Estados	Grupo Informal	Associação Cooperativa	Cooperativa	Sociedade mercantil	Nº de EES
Acre	76	240	25	0	341
Alagoas	144	153	26	0	323
Amapá	123	176	28	1	328
Amazonas	215	135	23	5	378
Bahia	294	1057	93	8	1452
Ceará	213	1196	39	1	1449
Distrito Federal	120	105	17	4	246
Espírito Santo	112	416	42	2	572
Goiás	59	669	110	5	843
Maranhão	63	746	24	5	838
Mato Grosso	173	425	38	2	638
Mato Grosso do Sul	172	108	10	4	294
Minas Gerais	607	505	63	13	1188
Pará	248	955	153	2	1358
Paraíba	191	202	23	0	416
Paraná	331	361	137	3	832
Pernambuco	308	1122	67	6	1503
Piauí	280	483	35	2	800
Rio de Janeiro	206	75	18	2	301
Rio Grande do Norte	158	946	48	6	1158
Rio Grande do Sul	880	508	280	28	1696
Rondônia	3	218	17	0	238
Roraima	15	51	14	0	80
Santa Catarina	239	325	189	11	764
São Paulo	642	313	195	17	1167
Sergipe	24	64	13	0	101
Tocantins	122	269	13	0	404
Total	6.018	11.823	1740	127	19.708

Fonte: SIES,2022b.

Obs: Os dados apresentados são referentes ao mapeamento de 2013, portanto encontram-se desatualizados por falta de uma base de dados mais recente

O gráfico 12 mostra a distribuição geográfica dos EES informais, nele podemos observar que esse tipo de organização vai de uma escala de 3 a 880 empreendimentos distribuídos pelos estados brasileiros, de um total de 6018. Outro ponto a ser destacado são os estados de maior concentração desse tipo de organização, nos estados do Rio Grande do Sul (880), seguido por São Paulo (642) e por Minas Gerais (607).

Gráfico 12 - Distribuição geográfica dos EES Informais

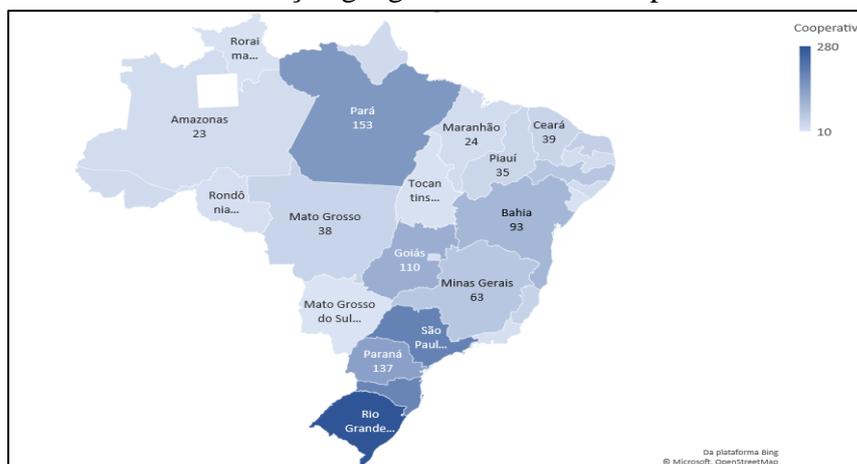


Fonte: Elaborado pelo autor com base no Sies,2022b

Obs: Os dados apresentados são referentes ao mapeamento de 2013.

O gráfico 13 mostra a distribuição geográfica dos EES cooperativas, nele podemos observar que esse tipo de organização vai de uma escala de 10 a 280 empreendimentos distribuídos pelos estados brasileiros, de um total de 1740. Os estados de maior concentração desse tipo de organização, encontram-se nos estados do Rio Grande do Sul (280), seguido por São Paulo (195) e por Santa Catarina (189).

Gráfico 13 - Distribuição geográfica dos EES cooperativas

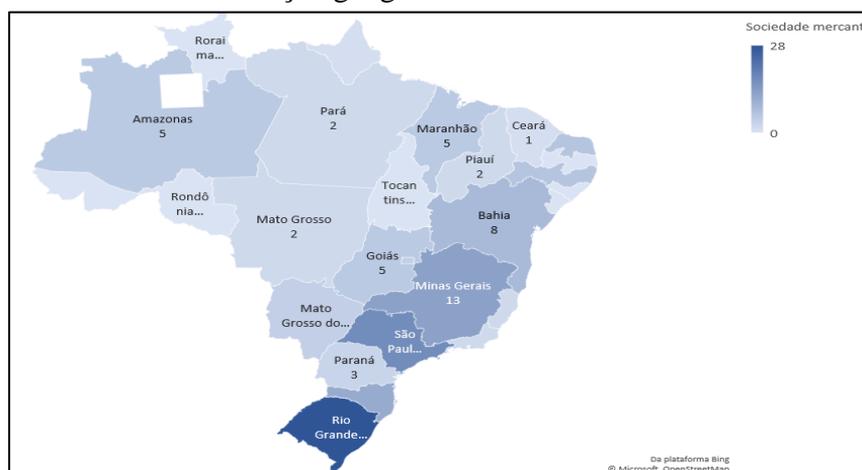


Fonte: Elaborado pelo autor com base no Sies,2022b

Obs: Os dados apresentados são referentes ao mapeamento de 2013.

O gráfico 14 mostra a distribuição geográfica dos EES Sociedades Mercantis, nele podemos observar que esse tipo de organização vai de uma escala de 0 a 28 empreendimentos distribuídos pelos estados brasileiros, de um total de 127. Os estados de maior concentração desse tipo de organização, encontram-se nos estados do Rio Grande do Sul (280), seguido por São Paulo (17) e por Minas Gerais (13).

Gráfico 14 - Distribuição geográfica dos EES Sociedades Mercantis

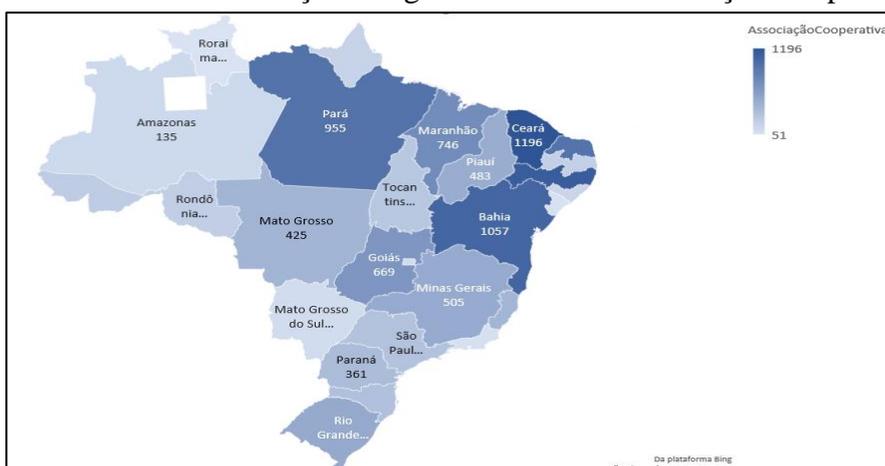


Fonte: Elaborado pelo autor com base no Sies,2022b

Obs: Os dados apresentados são referentes ao mapeamento de 2013

O gráfico 15 mostra a distribuição geográfica das Associações Cooperativas, nele podemos observar que esse tipo de organização vai de uma escala de 51 a 1196, de um total de 11.823. Esse tipo de empreendimento é o de maior representação. Os estados de maior concentração estão na região Nordeste, nos estados do Ceará (1196), seguido por Pernambuco (1122) e pela Bahia (1057).

Gráfico 15 - Distribuição Geográfica dos EES Associação Cooperativas



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Sies,2022b

Obs: Os dados apresentados são referentes ao mapeamento de 2013.

As informações apresentadas nos gráficos e tabelas anteriores são de dados retirados do último mapeamento feito em 2013. Por falta de dados atuais em decorrência das mudanças ocorridas no cenário político e com o abandono das políticas públicas de 2016 até meados de 2022, os resultados podem não demonstrar a real realidade do momento atual.

No entanto, os resultados obtidos em 2013 demonstram um considerável grau de fragilidade institucional dos empreendimentos. Isso porque, embora as associações constituam uma alternativa intermediária de formalização, dada sua simplicidade jurídica, elas são formas organizacionais muito limitadas em termos de atividade comercial. De acordo com o Código Civil brasileiro, elas não podem exercer atividade econômica e emitir nota fiscal de seus produtos, por exemplo. No caso dos grupos informais, torna-se bem mais difícil o acesso a financiamentos e programas governamentais de apoio, além de diminuírem as garantias contratuais de seus associados em termos de horizonte de funcionamento do empreendimento e garantia de seu trabalho. Tal realidade traz à tona a importância do desenvolvimento de programas de apoio e assessoria técnica a esses empreendimentos para que consigam atender aos requisitos necessários para sua formalização, de acordo com as características de cada um (SILVA,2017).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve o objetivo entender a temática da economia solidária no Brasil a partir dos questionamentos sobre quais as principais contribuições teóricas em torno da problemática e quais suas respectivas contribuições para a fomentação das políticas públicas em torno da economia solidária no momento atual, logo, a primeira parte busca reconstruir a conceituação e o histórico da Economia Solidária no Brasil e a segunda parte trata da institucionalização através da ação estatal por meio da estruturação, pela primeira vez na história do país, de um conjunto de políticas públicas.

Inicialmente, podemos observar que o conjunto de ações associativas e de cooperação que tem como princípios a democracia, a solidariedade e a igualdade entre as pessoas, se faz presente há muito tempo na sociedade e em sua grande maioria sempre atrelado a luta da classe trabalhadora contra o desemprego e as desigualdades sociais impostas pelo sistema capitalista. Os pilares do cooperativismo advindo da Europa e disseminados nos anos 1980 no Brasil pelos imigrantes europeus tiveram grande influência no surgimento da Economia Solidária, mas é a partir dos anos 1990 que o termo ganha maior expressão decorrente das diversas experiências e movimentos sociais.

Ao decorrer do tempo ficou evidente que a economia solidária é um processo amplo e contínuo de experiências desenvolvidos por trabalhadores que se organizaram de modo cooperativo, associativo e coletivo para buscarem melhores condições de vida em termos humanos e ambientais, no contexto da sociedade capitalista, no entanto não podemos desassocia-lo do sistema predominante, pois ao mesmo tempo que se opõe, também é afetado pela sua dinâmica e suas crises.

A partir do contexto atual de amplificação da economia popular solidária podemos identificar que o seu contexto está inserido num ambiente de crises sociais generalizadas, que engloba crise de um modo de acumulação, crise do trabalho assalariado, crise ambiental e crise social, e que esses trajetos trazem atrelados um conjunto de potencialidades e de limites. Sendo assim, ele se torna um caminho alternativo capaz de impulsionar diversos modos de produção alternativas ao capitalismo.

A economia solidária no Brasil contém atualmente elementos tanto de precarização quanto de autonomia. Precarização porque permanece, em boa parte dos casos, a situação de instabilidade de renda, dificuldades de estabilização dos negócios, ausência de proteção trabalhista, informalidade dos empreendimentos, desmonte das políticas públicas, entre outros. No campo da autonomia, apesar da inserção crescente nos processos econômicos e políticos,

essa inserção se dá de forma limitada, já que as formas de regulação existentes apontam na direção oposta. A regulação vigente, tanto no que diz respeito às ações do Estado quanto aos padrões de consumo e de produção é, no geral, limitadora do avanço da economia popular solidária. Isso acontece porque essa economia tem se mostrado historicamente importante para proporcionar a reprodução de famílias para as quais os mecanismos de regulação econômico-políticos da sociedade nunca funcionaram, quais sejam, o Estado e as relações de trabalho com base no assalariamento.

Sendo assim a economia solidária se posiciona como protagonista das alternativas contra as crises, renovando a importância do conhecimento acumulado em suas experiências recentes. O desafio atual vai além do combate ao desemprego, de geração de renda e de inclusão social no mercado de trabalho de populações em situação de vulnerabilidade. Deve-se incorporar o modelo coletivo autogestionário de produção e distribuição de riqueza numa proposta sócio-econômica-ambiental que possibilite realizar com mais amplitude o que os projetos de economia solidária já têm praticado.

Portanto é necessária e fundamental uma articulação de base com a criação de redes de movimentos e organizações populares e a participação do Estado e de políticas públicas para assim promover a cidadania da economia solidária e a incorporação desse modelo de produção na economia pública. Logo, a economia solidária com apoio e articulada numa frente mais ampla, tem expressivo potencial não só contra a crise do desemprego, mas como também podendo ser uma estrutura importante para outra forma de desenvolvimento socioeconômico direcionado para a superação das adversidades do capitalismo.

Desse modo, dados a sua complexibilidade e diversidade no contexto social a qual está inserida, a economia solidária no Brasil caminha como um vasto ambiente de possibilidades de pesquisa para a economia e para tantas outras áreas de interesse.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho no Brasil. Reestruturação e precariedade, Nueva Sociedad especial em português, p. 59, junho 2012. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/a-nova-morfologia-do-trabalho-no-brasil-reestruturacao-e-precariedade/>. Acesso em 30 jul. 2022.

BATISTA, J. C. **Políticas Públicas de Economia Solidária na Paraíba: Desafios e Esperanças**. 2021. Dissertação (Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2021

BENINI, É. A.; *et al.* (org.). **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

BENINI, É. A.; *et al.* (org.). **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

BRASIL. **Avanços e desafios para as políticas públicas de Economia Solidária no Governo Federal 2003/2010**. Brasília: [s.n.], 2012. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3CB58904013CB5F52A404620/Oito%20Anos%20da%20SENAES.%20Avan%C3%A7os%20e%20Desafios%20para%20as%20PP%20de%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20no%20Gov.%20Federal%202003_2010.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Economia Solidária-SENAES/MTE**. Brasília-DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2013. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080814F00FA3A014F0496938B7DF7/Num%201%20A%C3%A7%C3%B5es%20Integradas%20para%20Municipios%20e%20UFs.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2022.

CASAGRANDE, A.; BEGNINI, S. **Empreendimentos de Economia Solidária: Território Oeste Catarinense**. 2018. Campo Grande, jan./ 2018. p. 181-192. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/inter/a/RKXYy5bqxNGyHZtG6y68VMP/?lang=pt>>. Acesso em: 03 jun. 2022.

ECOSOL. **Economia Solidária e Políticas Públicas**. Disponível em: <https://www.rededegestoresecosol.org.br/wp-content/uploads/2015/11/revista_mtc_1%C2%BAexemplar_issn.compressed.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2022

ENAP. Políticas públicas. Brasília: 2006. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2914/1/160425_coletanea_pp_v1.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). **Resgatando a história do Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. Disponível em: <<https://fbes.org.br/linha-de-tempo/>>. Acesso em: 05 jun. 2022.

GAIGER, L. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 28, p. 211-228, 2013.

GAIGER, L. A. Outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v.79, p. 57-77, dez. 2007. Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/images/resultado/revista_critica.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2022.

IBGE. **Cidades**. 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/areia/panorama>>. Acesso em: 04 jun. 2022.

IBGE. **Desemprego**. 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acesso em: 12 de mar. 2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PARAÍBA. **Jpcultura**. João Pessoa, 28 jun. 2017. Disponível em: <<http://jpcultura.joaopessoa.pb.gov.br/espaco/64/>>. Acesso em: 04 jul. 2022.

SANTOS, D.; SANTOS, P. A economia solidária na paraíba: as finanças solidárias como instrumento de crescimento local sustentável. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, 71, mar. 2021. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10664/1/bmt%2071_economia_solidaria_paraiba.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2022.

SESAES. **Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária**. Disponível em: <<https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-desenvolvimento-humano/programas/secretaria-executiva-de-economia-solidaria-sesol>>. Acesso em: 04 jul. 2022.

SIES. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/314237289_Atlas_da_Economia_Solidaria_no_Brasil_-_2005> Acesso em: 04 jul. 2022a.

SIES – **Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária**. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/sies>>. Acesso em: 05 jun. 2022b.

SILVA, G. S.; VINHAS, A. P. **A Economia Solidária como Alternativa ao Desenvolvimento Econômico**. 2003. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/7/enanpad2003-pop-1725.pdf>. Acesso em 12 mar. 2022.

SILVA, S. Análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos de economia solidária no Brasil. **Texto para Discussão**. jan. 2017. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29291%3Atd-2271-analise-das-dimensoes-socioestruturais-dos-empreendimentos-de-economia-solidaria-no-brasil&catid=397%3A2017&directory=1&Itemid=>. Acesso em: 04 jul. 2022.

SINGER, P. Economia solidária e políticas públicas. Políticas públicas da secretaria nacional de economia solidária do ministério do trabalho e emprego. **Mercado de Trabalho**, 39, p.43-48, maio 2009. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4788/1/bmt39_06_ES1Paul.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2022.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1999.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. **Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

WELLEN, H. **Para a Crítica da “Economia Solidária”**. 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2012.

ZAMBELLO A. V.; *et. al.* (org.). **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. 1. ed. Penápolis: FUNEPE, 2018.